



Julho/2010

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Concurso Público para provimento de cargos na 3ª classe da carreira de **Procurador do Estado**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 5 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Considerando a história do constitucionalismo brasileiro, é correto afirmar que

- (A) a primeira Constituição brasileira que previu expressamente direitos fundamentais foi a de 1988.
- (B) a primeira Constituição brasileira que previu a forma federativa de Estado foi a de 1891, ainda que não se tenha, na ocasião, garantido aos Municípios autonomia de ente federativo.
- (C) o Supremo Tribunal Federal foi criado com a Constituição de 1946, que também previu a ação direta de inconstitucionalidade, atribuindo àquele Tribunal a competência para julgá-la originariamente.
- (D) o exercício do controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário somente foi permitido no Brasil a partir da criação da representação interventiva pela Constituição de 1946.
- (E) o bicameralismo no Poder Legislativo brasileiro foi instituído apenas com a Constituição de 1946, como modo de assegurar a participação dos Estados-membros no processo legislativo federal.

2. Considere as seguintes afirmações a respeito do sistema de controle de constitucionalidade vigente no Brasil:

- I. A ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta contra lei ou ato normativo federal ou estadual.
- II. A arguição de descumprimento de preceito fundamental é cabível contra lei editada anteriormente à Constituição e com ela incompatível.
- III. A ação direta de inconstitucionalidade é cabível contra lei ou ato normativo federal ou estadual anterior à Constituição e com ela incompatível.
- IV. Aos juízes de primeiro grau não cabe declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, ainda que incidentalmente no processo, tendo em vista a cláusula de "reserva de plenário" prevista na Constituição Federal.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) III e IV.

3. De acordo com a Constituição Federal, os Territórios

- (A) integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, juntamente com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição.
- (B) podem integrar a União ou os Estados, conforme dispuser a lei complementar que os criar.
- (C) gozam de autonomia organizacional, uma vez que lhes cabe instituir sua própria lei orgânica.
- (D) podem ser subdivididos em Municípios.
- (E) gozam de autonomia política, uma vez que elegem seu próprio governador.

4. A propósito do modelo de repartição de competências adotado na Constituição Federal, pode-se afirmar que

- (A) aos Estados foram asseguradas apenas competências residuais.
- (B) as competências materiais são sempre de exercício concorrente por todos os entes federativos.
- (C) todas as competências privativas legislativas da União Federal podem ser exercidas pelos Estados naquilo que for necessário para atender a suas peculiaridades, mas não pelos Municípios.
- (D) entre as competências legislativas dos Municípios se inclui a de suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.
- (E) ao Distrito Federal não foi assegurado o exercício de competências legislativas em regime de concorrência com a União.

5. Considere as seguintes afirmações a respeito do processo legislativo:

- I. O vício de iniciativa para a propositura de projeto de lei é convalidado pela sanção presidencial, caso a matéria nele versada seja de competência do Poder Executivo.
- II. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
- III. O veto presidencial a projeto de lei pode ser fundado em vício de inconstitucionalidade.
- IV. É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

De acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e III.

6. NÃO viola a Constituição Federal a propositura, por deputado federal, de projeto de lei que verse sobre

- (A) direitos e obrigações de servidores públicos.
- (B) redução da jornada de trabalho semanal de servidores públicos.
- (C) hipóteses de isenção de pagamento de contribuição previdenciária devida por servidores públicos.
- (D) provimento de cargos públicos.
- (E) criação de cargos públicos.

7. O Deputado Federal ou Senador pego em flagrante durante prática de crime

- (A) poderá ter sua prisão decretada, independentemente de o crime ser inafiançável ou não.
- (B) poderá ter sua prisão decretada, apenas se o crime for inafiançável.
- (C) não poderá ser denunciado judicialmente, salvo mediante prévia autorização da Casa legislativa respectiva.
- (D) poderá ser denunciado judicialmente ao Superior Tribunal de Justiça, independentemente de autorização da Casa legislativa respectiva.
- (E) somente poderá perder o cargo em razão do crime, por decisão judicial transitada em julgado, independentemente de manifestação da Casa legislativa respectiva.



8. A Constituição Federal, ao disciplinar o regime dos precatórios judiciais, determina que
- as condenações judiciais de natureza alimentar não estão sujeitas a pagamento por precatório, qualquer que seja seu valor.
 - as condenações judiciais em favor de pessoas com mais de sessenta anos não estão sujeitas a pagamento por precatório, qualquer que seja seu valor.
 - é vedado o fracionamento do valor do precatório em qualquer hipótese.
 - o credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.
 - é vedada a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federativo.
9. Contraria as normas constitucionais que dispõem sobre educação,
- a instituição de ensino municipal gratuito de nível superior.
 - o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
 - o ensino religioso, de matrícula obrigatória, nas escolas públicas de ensino fundamental.
 - a exigência de autorização e avaliação de qualidade das instituições privadas de ensino pelo poder público.
 - a aplicação, pelos Estados, de trinta por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
10. Ao disciplinar a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, a Constituição Federal dispõe que as empresas públicas e sociedades de economia mista
- se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
 - não se sujeitam à exigência de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.
 - poderão gozar de tratamento fiscal favorecido não extensível ao setor privado.
 - não poderão atuar em atividades econômicas de livre exploração pelo setor privado.
 - não se sujeitam aos princípios constitucionais da Administração Pública.
11. Considerando-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Constituição Federal, é correto afirmar que
- a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
 - é constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
 - A prisão civil de depositário infiel é ilícita apenas no caso de depósito judicial.
 - é constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
 - é inconstitucional lei federal que estabeleça prazo para a impetração de mandado de segurança.
12. Nos termos da Constituição Federal, NÃO se encontra entre as atribuições do Tribunal de Contas da União
- julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração indireta.
 - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
 - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidades de contas, as sanções previstas em lei.
 - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
 - sustar, independentemente de decisão do Congresso Nacional, a execução de contrato ilegalmente firmado pela administração direta ou indireta.
13. Considerando a disciplina constitucional da matéria, é correto dizer que os partidos políticos
- podem receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
 - adquirem personalidade jurídica independentemente de registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
 - devem ter sua estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.
 - podem assumir caráter regional.
 - não se sujeitam à prestação de contas à Justiça Eleitoral, em razão de sua autonomia financeira.
14. De acordo com o texto vigente da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os tratados internacionais, é correto afirmar que
- todos os tratados internacionais firmados pelo Brasil ingressam no ordenamento jurídico brasileiro como normas de hierarquia constitucional.
 - todos os tratados internacionais firmados pelo do Brasil ingressam no ordenamento jurídico brasileiro como normas infraconstitucionais.
 - os tratados internacionais firmados pelo Brasil sobre direitos humanos podem ingressar no ordenamento jurídico brasileiro com hierarquia de emendas constitucionais.
 - o procedimento de aprovação, pelas Casas do Congresso Nacional, dos tratados internacionais sobre direitos humanos é irrelevante para caracterizar sua hierarquia normativa.
 - os tratados internacionais firmados pelo Brasil não podem versar sobre normas materialmente constitucionais.
15. É da competência privativa da União
- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
 - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
 - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
 - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
 - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

**Direito Administrativo**

16. NÃO é situação que configura nepotismo, a sofrer a incidência da Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, a nomeação de
- (A) cunhado de Presidente da Assembleia Legislativa para cargo de assessor da Presidência do Tribunal de Justiça.
 - (B) irmão adotivo de Secretário de Estado para cargo de diretor na respectiva Secretaria.
 - (C) cônjuge de Governador para cargo de Secretário de Estado.
 - (D) sogro de Deputado Estadual, para cargo de assessor em gabinete de outro Deputado Estadual.
 - (E) sobrinho de Secretário de Estado para cargo de dirigente de autarquia estadual.
17. A delegação de atribuições de uma autoridade administrativa para outra
- (A) é uma forma de renúncia dos poderes e atribuições do cargo.
 - (B) é prática vedada pelo princípio da indisponibilidade do interesse público.
 - (C) pode ser realizada de forma tácita.
 - (D) pode alcançar qualquer espécie de atribuição.
 - (E) é revogável a qualquer momento pela autoridade delegante.
18. O regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista que desempenham atividade econômica em sentido estrito estabelece que
- (A) seus bens são considerados de natureza pública, motivo pelo qual não estão sujeitos à constrição judicial.
 - (B) a remuneração de seus agentes não está sujeita ao teto constitucional, a menos que a entidade receba recursos orçamentários para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral.
 - (C) essas entidades devem assumir necessariamente a forma de sociedade anônima.
 - (D) a licitação e a contratação de obras, serviços, compras e alienações não precisam observar os princípios da Administração Pública.
 - (E) a nomeação de seus dirigentes deve se dar na forma de seu estatuto social, podendo a lei condicionar tal nomeação à ratificação pelo Poder Legislativo.
19. Em todo e qualquer ato administrativo pode-se observar a presença do seguinte atributo:
- (A) imperatividade.
 - (B) autoexecutoriedade.
 - (C) coercibilidade.
 - (D) presunção de legitimidade.
 - (E) retratabilidade.
20. Nos atos e processos administrativos, a publicidade é a regra; o sigilo, a exceção. NÃO estão sujeitos à proteção do sigilo
- (A) os valores de remuneração dos cargos públicos.
 - (B) os documentos fiscais do contribuinte, em processo de apuração de ilícitos administrativos.
 - (C) as informações de prontuário médico de servidor público.
 - (D) as propostas iniciais dos licitantes, no pregão, até a abertura da sessão pública da licitação.
 - (E) os dados de identificação funcional dos agentes da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência.
21. A lei de licitações prevê a possibilidade de concessão de direito real de uso de bem imóvel sem necessidade de licitação quando ocorrer a ocupação mansa e pacífica e exploração direta de área situada na Amazônia Legal. Sem prejuízo de outros requisitos previstos na lei, a dispensa de licitação em questão é aplicável
- (A) às pessoas naturais e jurídicas que promoverem atividades de exploração que sejam compatíveis com a legislação agrária, de destinação de terras públicas e de zoneamento ecológico-econômico.
 - (B) às áreas rurais e urbanas, desde que não excedam 1.500 ha (mil e quinhentos hectares).
 - (C) somente às ocupações comprovadamente anteriores a 1º de dezembro de 2004.
 - (D) mediante prévia autorização legislativa.
 - (E) em favor das microempresas e empresas de pequeno porte que desenvolvam atividades econômicas sustentáveis.
22. O sistema de registro de preços, previsto na lei de licitações,
- (A) é realizado por meio das modalidades concorrência ou tomada de preços.
 - (B) é apenas um sistema de coleta de informações, com vista a verificar a exequibilidade e compatibilidade dos preços com a prática do mercado, de maneira a possibilitar a desclassificação das propostas inadequadas nos procedimentos licitatórios.
 - (C) impede a Administração de realizar licitações em relação aos objetos que já constem na ata de registro de preços.
 - (D) é sistema aplicável apenas às compras realizadas pela União Federal, não sendo passível de utilização pelos outros entes da federação.
 - (E) não obriga a Administração a firmar as contratações que poderão advir dos preços registrados, mas garante ao beneficiário da Ata de Registro de Preços a preferência de contratação em igualdade de condições em relação a outros possíveis fornecedores.
23. NÃO é causa de revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo:
- (A) a elevação da carga tributária incidente de forma específica sobre a atividade objeto da prestação contratual.
 - (B) a situação de fato preexistente à contratação, mas que não era de possível conhecimento à época de sua celebração e que onera o contratado.
 - (C) a necessidade de atualização periódica da expressão monetária do contrato.
 - (D) o fato imprevisível da natureza que atrasa ou torna mais custosa a prestação contratual.
 - (E) a modificação superveniente do projeto a ser executado pelo contratado, por razões de conveniência da Administração.



24. O modelo das parcerias público-privadas estabelecido pela Lei Federal nº 11.079/2004 criou várias regras especiais para licitação e contratação das PPPs, criando situações inovadoras em comparação com as leis já existentes sobre licitações, contratos e concessões de serviço público. Porém, dentre as disposições dessa lei, NÃO pode ser considerada novidade a possibilidade de
- (A) inversão de fases no processo licitatório.
- (B) estipulação de cláusula arbitral para dirimir os conflitos contratuais.
- (C) aplicação de penalidade à Administração, pelo inadimplemento contratual.
- (D) instituição de pessoa jurídica de direito privado, cujo patrimônio serve como garantia para as obrigações contratuais da Administração.
- (E) emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública.
-
25. Caducidade, na concessão de serviços públicos, é a
- (A) transferência dos bens do concessionário para o poder concedente, ao final do contrato de concessão.
- (B) medida acautelatória adotada pela Administração Pública, assumindo o objeto do contrato de concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço.
- (C) retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- (D) rescisão unilateral do contrato de concessão de serviço público, em razão do inadimplemento do concessionário.
- (E) sanção aplicada ao concessionário, consistente na perda da garantia contratual e obrigatoriedade de prestação de garantia de valor equivalente.
-
26. O regime de responsabilidade previsto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal brasileira
- (A) alcança os atos praticados por particulares prestadores de serviços públicos, em relação a usuários e também a não-usuários, desde que existente nexo causal entre o evento causador do dano e a atividade objeto de delegação estatal.
- (B) alcança os atos praticados por pessoa de direito público ou de direito privado prestadora de serviços públicos e atividades econômicas de relevante interesse coletivo.
- (C) não se aplica aos particulares, mesmo aos que prestam serviços públicos, visto que esses têm sua responsabilidade regulada pelo Código Civil.
- (D) exclui os atos praticados no exercício da função legislativa e jurisdicional.
- (E) adota a teoria do risco integral, em que não se admitem causas excludentes ou mitigadoras da responsabilidade estatal.
-
27. O regime legal de responsabilidade do agente público, servidor ou não, por ato de improbidade administrativa,
- (A) equipara os atos de improbidade aos crimes de responsabilidade, quando se tratar de titular de mandato eletivo; por esse motivo, aplica-se o art. 84, § 2º do CPP, estendendo às ações de improbidade a regra de prerrogativa de foro.
- (B) é forma de responsabilização criminal, podendo levar a penas privativas de liberdade, nas espécies mais graves.
- (C) não afeta os dirigentes das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, visto que essas entidades não são delegatárias de serviços públicos.
- (D) sujeita a ação de improbidade a prazos prescricionais, o que não impede o ajuizamento de ação de reparação dos danos causados ao erário, visto que tal pretensão é imprescritível.
- (E) permite a realização de transação, acordo ou conciliação nas ações de responsabilização por improbidade.
-
28. NÃO é um efeito imediato da declaração de utilidade pública para fim de desapropriação
- (A) a fixação do estado do bem, para efeito de futura indenização.
- (B) a transferência compulsória da propriedade do bem expropriado.
- (C) a possibilidade de o expropriante penetrar no imóvel para efetuar as vistorias e medições necessárias.
- (D) o início do prazo de caducidade para execução da desapropriação.
- (E) a submissão do bem à força expropriatória do Estado.
-
29. O recurso dirigido a autoridade da Administração Direta contra ato praticado por autoridade da Administração Indireta
- (A) é impossível, em razão do princípio da autonomia administrativa das entidades da Administração Indireta.
- (B) é chamado recurso hierárquico impróprio e depende de expressa previsão legal para que possa ser admitido.
- (C) é um instrumento básico de tutela das entidades da Administração Indireta e, portanto, independe de previsão legal para ser utilizado.
- (D) somente é cabível nas decisões proferidas pelos dirigentes das Agências, autarquias cujo regime especial compreende essa modalidade recursal.
- (E) não tem caráter propriamente recursal, sendo uma manifestação do direito constitucional de petição.
-
30. Respeitados os requisitos e trâmites legais, é possível ao Estado-membro desapropriar,
- (A) mediante pagamento em títulos da dívida pública, área urbana não edificada, subutilizada ou não utilizada, cujo proprietário tenha sido regularmente notificado para promover o adequado aproveitamento.
- (B) após prévia autorização legislativa, emitida pelo Congresso Nacional, imóvel da União que seja utilizado para defesa das fronteiras nacionais.
- (C) para fins de reforma agrária e mediante pagamentos em títulos, imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.
- (D) mediante prévia e justa indenização em dinheiro, pessoa jurídica que tenha sido constituída por particulares.
- (E) mediante prévia e justa indenização em dinheiro, imóvel não utilizado pertencente a sociedade de economia mista federal exploradora de atividade econômica em sentido estrito.

**Direito Tributário**

31. Empresa "Promo" foi autuada em relação a uma exigência do ICMS, apresentando recurso administrativo, protocolado em 05 de março de 2010, no qual pleiteia o cancelamento da autuação com base em determinado fundamento. Em 25 de maio de 2010, com base em argumento idêntico, ingressa com ação anulatória perante a Justiça Estadual para cancelar a exigência tributária questionada administrativamente, muito embora ainda não tenha sido proferida nenhuma decisão administrativa. Com base nesse cenário,
- (A) o contribuinte está impedido de ingressar na via judicial, pois ainda aguarda decisão administrativa.
- (B) a opção pela via judicial não implica em renúncia à via administrativa, uma vez que os fundamentos jurídicos são relevantes.
- (C) a opção pela via judicial implica renúncia à via administrativa, considerando que a lide versa sobre a mesma situação fática e fundamento legal.
- (D) a opção pela via judicial garantirá ao contribuinte escolher entre a decisão administrativa ou judicial, aplicando-se a que lhe for mais benéfica.
- (E) valerá a decisão que for primeiro proferida, não se aplicando a decisão posterior.
32. Quanto ao prazo legal para fornecimento de certidão negativa de débitos tributários, é correto afirmar que
- (A) a repartição possui o prazo de 30 dias para sua emissão, se não for constatado nenhum débito tributário.
- (B) a repartição possui o prazo de 10 dias para sua emissão, contados da data da entrada do requerimento na repartição.
- (C) não existe prazo legal para o fornecimento, devendo, contudo, ser observada a ordem de chegada dos pedidos formulados.
- (D) o prazo de 30 dias para emissão é contado a partir da quitação do último débito tributário inscrito na dívida ativa.
- (E) o prazo é de até 90 dias, de acordo com o Código Tributário Nacional.
33. Contribuinte "ED" praticou a comercialização de mercadorias, dentro do próprio Estado, no exercício de 2007, sem promover a emissão do documento fiscal e o recolhimento do ICMS. Durante procedimento de fiscalização, iniciado no final do exercício de 2009 foi constatada tal conduta, sendo lavrado o respectivo Auto de Infração no início do exercício de 2010. O prazo para a propositura de execução fiscal, em não havendo impugnação, tem sua contagem iniciada
- (A) da data da fabricação da mercadoria, objeto da tributação.
- (B) da data do fato gerador, no exercício de 2007.
- (C) da data do início da fiscalização, no exercício de 2009.
- (D) do 1º dia do exercício seguinte ao fato gerador, ou seja, em 2008.
- (E) da data da lavratura do Auto de Infração, no exercício de 2010.
34. Sr. João da Silva, natural do Estado do Amazonas, sempre possuiu domicílio em seu Estado, nele vindo a falecer. Com a abertura da sucessão, constatou-se, no inventário que tramita na Justiça de seu Estado natal, que seu patrimônio era constituído de 5 casas no Estado do Amazonas, recursos financeiros em uma conta poupança no Estado do Rio de Janeiro e um apartamento no Estado de São Paulo. A cobrança do ITCMD sobre os referidos bens compete
- (A) aos Estados do Amazonas, do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente.
- (B) somente ao Estado do Amazonas, uma vez que seu inventário foi processado no próprio Estado.
- (C) somente ao Estado do Amazonas, uma vez que o *de cuius* tinha domicílio no Estado.
- (D) ao Estado do Amazonas, em relação às 5 casas e à conta poupança, e ao Estado de São Paulo, em relação ao apartamento.
- (E) aos três Estados, devendo ser repartido de forma igual para cada Ente da Federação.
35. Em relação às alíquotas do IPVA, a legislação tributária do Estado poderá estabelecer
- (A) alíquotas diferentes em função do tipo e utilização, desde que observe a alíquota mínima fixada pelo Senado Federal.
- (B) apenas a base de cálculo, devendo adotar a mesma alíquota dos demais Estados, em função do princípio da uniformidade geográfica.
- (C) alíquotas diferentes em função do tipo e utilização, desde que observe a alíquota máxima fixada pelo Senado Federal.
- (D) alíquotas em função do tipo, utilização e marca, aplicando-se apenas os limites estabelecidos na Lei Orgânica do Estado.
- (E) apenas valores venais distintos, não podendo alterar as alíquotas.
36. Em caso de falecimento, a responsabilidade pelos tributos devidos pelo *de cuius* será
- (A) do inventariante, exclusivamente, até a conclusão do inventário, com o trânsito em julgado.
- (B) do espólio até a data da abertura da sucessão. Dos sucessores e do cônjuge meeiro até a data da partilha ou adjudicação.
- (C) dos herdeiros, que respondem de forma integral e ilimitada pelos tributos devidos.
- (D) apenas dos herdeiros, que poderão transferir a responsabilidade pelo pagamento dos tributos a terceiros, desde que com o aval da Fazenda Pública.
- (E) encerrada com seu falecimento, não se aplicando, neste caso, a responsabilidade tributária.



<p>37. Em não havendo disposição legal em contrário, a isenção não onerosa, para o ICMS, concedida mediante lei,</p> <p>(A) exige a manutenção dos créditos do ICMS para operações subsequentes.</p> <p>(B) pode ser revogada mediante Decreto, desde que com fundamento jurídico.</p> <p>(C) não implica crédito para compensação com o imposto devido nas operações subsequentes.</p> <p>(D) gera direito adquirido, não podendo ser revogada a qualquer tempo.</p> <p>(E) não gera direito adquirido, devendo ser revogado por Emenda Constitucional.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Financeiro</p> <p>41. A doutrina classifica as receitas públicas em originárias e derivadas. São exemplos de receita derivada e receita originária, respectivamente,</p> <p>(A) empréstimo compulsório e contribuição de intervenção no domínio econômico.</p> <p>(B) taxa de lixo urbano e imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.</p> <p>(C) imposto sobre a renda e contribuição de intervenção no domínio econômico.</p> <p>(D) contribuição de melhoria e contribuição social.</p> <p>(E) taxa de lixo domiciliar e pagamento pelo consumo de energia elétrica.</p>
<p>38. Nas operações interestaduais entre contribuintes do ICMS, via de regra,</p> <p>(A) a alíquota interestadual é inferior a alíquota interna.</p> <p>(B) a alíquota interna é inferior a alíquota interestadual.</p> <p>(C) as alíquotas devem ser idênticas.</p> <p>(D) as alíquotas serão sempre variáveis, dependendo do Estado de origem.</p> <p>(E) existe apenas uma alíquota interestadual, aprovada pelo Senado Federal.</p>	<p>42. Ao se referir a restos a pagar a Lei de Responsabilidade Fiscal afirma que é vedado ao titular de Poder ou órgão mencionado na referida lei, contrair obrigação de despesa,</p> <p>(A) nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, sendo que, na determinação da disponibilidade de caixa, serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.</p> <p>(B) no último ano do seu mandato, que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, sendo que, na determinação da disponibilidade de caixa, serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício seguinte.</p> <p>(C) até o penúltimo quadrimestre do seu mandato, que venha a ser cumprida no exercício financeiro seguinte, sendo que, na determinação da disponibilidade de caixa, não serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar no referido exercício financeiro e no seguinte.</p> <p>(D) nos últimos três trimestres do seu mandato, que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, ainda que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, sendo que, na determinação da disponibilidade de caixa, serão consideradas as despesas com pessoal a pagar até o final do exercício financeiro.</p> <p>(E) nos últimos dois bimestres do seu mandato, que não possa ser cumprida até o último dia do penúltimo mês do exercício, ainda que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, sendo que, na determinação da disponibilidade de caixa, serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.</p>
<p>39. Contribuinte "ABC" ingressa com medida judicial na qual obtém medida liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário. No decurso do processo, a medida liminar vem a ser cassada pelo referido Juízo. Nesse contexto,</p> <p>(A) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário será mantida até o julgamento final do processo em 1ª instância.</p> <p>(B) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário será mantida até o julgamento do agravo de instrumento, independentemente dos efeitos de seu recebimento.</p> <p>(C) a liminar não pode suspender a exigibilidade do crédito tributário, mas apenas a tutela antecipada.</p> <p>(D) os efeitos da sentença somente serão aplicáveis após 90 dias de sua publicação, com base no princípio constitucional da anterioridade mitigada.</p> <p>(E) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário não mais será aplicável, exceto se o contribuinte promover o depósito judicial do montante integral.</p>	<p>43. A Constituição Federal veda a</p> <p>(A) abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.</p> <p>(B) vinculação de receita de impostos para os serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>(C) realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.</p> <p>(D) instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização do Presidente da República.</p> <p>(E) transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização do chefe do Poder Executivo.</p>
<p>40. Sr. Alzuiro adquiriu em licitação mercadorias que haviam sido apreendidas pela Receita Federal do Brasil em virtude de sonegação fiscal. Nesse contexto</p> <p>(A) o tributo será devido pelo importador e subsidiariamente pelo Sr. Alzuiro.</p> <p>(B) o tributo foi extinto em função da apreensão da mercadoria pela Receita Federal.</p> <p>(C) o tributo será devido pelo importador original, não atingindo o Sr. Alzuiro uma vez que se trata de pessoa física e não promove a importação com habitualidade.</p> <p>(D) o Sr. Alzuiro será responsável pelo recolhimento dos tributos devidos.</p> <p>(E) o tributo deverá ser dividido entre o importador original e o Sr. Alzuiro.</p>	



44. Levando-se em consideração as regras sobre precatórios, previstas na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, é INCORRETO afirmar:
- (A) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites legais da dívida pública.
 - (B) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
 - (C) O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.
 - (E) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, mas a cessão de precatórios somente produzirá efeitos após a concordância expressa do devedor e a comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.
45. A Lei nº 4.320/64 dispõe que
- (A) o crédito adicional destinado a despesa para a qual não haja dotação orçamentária específica chama-se crédito suplementar.
 - (B) os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
 - (C) o crédito extraordinário é destinado a despesas urgentes e imprevistas, assim classificadas pelo chefe do Poder Executivo.
 - (D) os créditos suplementares e especiais serão autorizados pelo Tribunal de Contas e abertos por decreto executivo.
 - (E) o crédito especial é aquele destinado a reforço de dotação orçamentária.
- Direito Ambiental**
46. O regime jurídico das áreas de preservação permanente abrange a
- (A) permissão de sua redução em casos de utilidade ou calamidade pública, sempre com autorização do órgão ambiental.
 - (B) possibilidade de supressão da vegetação ali existente, em casos de utilidade pública ou interesse social, observado o procedimento administrativo próprio.
 - (C) necessidade de prévia edição de ato administrativo delimitando o alcance da preservação.
 - (D) proibição de corte raso de no mínimo 20% da área do imóvel rural, ou de 80%, se localizado na Amazônia legal.
 - (E) possibilidade de sua utilização econômica em regime de manejo florestal sustentável ou de uso alternativo do solo, a critério do proprietário.
47. De acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, NÃO se compreende entre os serviços públicos de saneamento básico a atividade de
- (A) abastecimento de água potável.
 - (B) esgotamento sanitário.
 - (C) administração de recursos hídricos.
 - (D) manejo de resíduos sólidos.
 - (E) limpeza urbana.
48. A averbação, no registro de imóveis, da reserva legal à margem da matrícula do imóvel rural é
- (A) dispensada para a pequena propriedade ou posse rural familiar.
 - (B) obrigatória para todos os imóveis e sua falta caracteriza crime ambiental, de caráter omissivo.
 - (C) obrigatória para todos os imóveis e sua falta enseja apenas a responsabilidade civil do proprietário.
 - (D) obrigatória para todos os imóveis e sua falta enseja a aplicação de penalidades administrativas, dentre as quais a multa diária.
 - (E) facultativa, vez que é dispensada se o proprietário comprovar a existência e a manutenção da cobertura vegetal.
49. A implantação de uma unidade de conservação deverá ser precedida de desapropriação
- (A) sempre que a área que lhe for destinada for de domínio privado.
 - (B) se assim for determinado no curso do procedimento de licenciamento ambiental para sua implantação.
 - (C) nos casos de unidades de proteção integral que devam, por força de lei, ser de domínio público.
 - (D) quando, tratando-se de unidades de uso sustentável, o proprietário da área assim o desejar.
 - (E) a critério discricionário da chefia do Poder Executivo.
50. Considere as seguintes afirmações a respeito das funções e competências legais do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente:
- I. Compete ao CONAMA expedir normas sobre critérios e padrões para controle e manutenção da qualidade do meio ambiente.
 - II. O CONAMA exerce função consultiva e de assessoramento ao Presidente da República na formulação de diretrizes e políticas de proteção do meio ambiente.
 - III. Compete ao CONAMA expedir licenças ambientais e fiscalizar obras e empreendimentos relativamente a sua adequação à legislação ambiental, no âmbito federal.
- Está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.



<p>51. É requisito para a responsabilização penal da pessoa jurídica, pela prática de algum dos crimes previstos na Lei Federal nº 9.605/98,</p> <p>(A) que a sua personalidade jurídica seja obstáculo à efetiva reparação dos danos causados ao meio ambiente.</p> <p>(B) que o ato típico praticado não esteja compreendido no objeto social da pessoa jurídica, tal como definido em seus atos constitutivos.</p> <p>(C) que seus representantes legais tenham agido com excesso de poderes, em desacordo com a lei, o estatuto ou o contrato social.</p> <p>(D) a concomitante responsabilização civil e administrativa, estas duas tidas como pré-condições da responsabilidade penal.</p> <p>(E) que a infração tenha sido cometida por decisão de representante legal ou contratual, ou de órgão colegiado, no interesse ou benefício da pessoa jurídica.</p>	<p>54. Nas sociedades empresárias</p> <p>(A) o sócio participa dos lucros e das perdas salvo estipulação em contrário, na proporção das respectivas quotas, mas aquele cuja contribuição consiste em serviço não participa dos lucros, só recebendo salário.</p> <p>(B) os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-las, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.</p> <p>(C) a distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem, mas não dos sócios que os receberem, suportando em lugar deles a própria sociedade.</p> <p>(D) é válida a estipulação contratual que exclua algum sócio de participar dos lucros e perdas, mas será ineficaz em relação aos credores desse sócio.</p> <p>(E) as obrigações dos sócios começam imediatamente após o registro do contrato social e terminam com a dissolução da sociedade.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>52. São imóveis por definição legal</p> <p>(A) o direito à sucessão aberta e os direitos reais sobre bens imóveis.</p> <p>(B) somente os direitos reais sobre bens imóveis e as ações que os asseguram.</p> <p>(C) tudo quanto se incorpora natural ou artificialmente ao solo.</p> <p>(D) os materiais separados de um prédio para nele ou em outro prédio serem reempregados.</p> <p>(E) somente os bens móveis pertencentes à herança, enquanto não for partilhada.</p>	<p>55. Declarada a insolvência, no concurso de credores,</p> <p>(A) conservam seus respectivos direitos os credores hipotecários ou privilegiados, sobre o valor da indenização, se a coisa obrigada a hipoteca ou privilégio for desapropriada.</p> <p>(B) a discussão entre os credores só pode versar sobre a preferência entre eles disputada, não podendo ser arguida nulidade ou falsidade das dívidas e contratos.</p> <p>(C) havendo título legal de preferência este caduca, e terão os credores igual direito sobre os bens do devedor comum.</p> <p>(D) o crédito real prefere ao pessoal, o crédito pessoal privilegiado ao simples e o privilégio geral ao especial.</p> <p>(E) os títulos legais de preferência são apenas os decorrentes de direitos reais de garantia.</p>
<p>53. Transação é</p> <p>(A) contrato consensual, que tem força de coisa julgada, não permitindo ao que se sentir prejudicado o ajuizamento de ação anulatória, mas apenas se lhe faculta a ação rescisória.</p> <p>(B) modo de extinção das obrigações, que substitui o pagamento, de natureza extracontratual, só podendo ser anulada por erro de direito.</p> <p>(C) contrato real que previne ou termina litígio mediante concessões mútuas, tendo, necessariamente, de ser homologada pelo Juiz.</p> <p>(D) contrato pelo qual os interessados previnem ou terminam litígio mediante concessões mútuas, e só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa.</p> <p>(E) modo de extinção de obrigações, pelo qual uma obrigação anterior é substituída por outra obrigação da mesma natureza, entre as mesmas partes, e é anulável em razão de qualquer vício de consentimento.</p>	<p>56. Sobre a sucessão do companheiro ou companheira quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, analise as afirmações abaixo.</p> <p>I. Receberá o companheiro a meação que tiver sobre esses bens e só o usufruto de metade dos bens se concorrer com descendentes ou 25% (vinte e cinco por cento) dos bens se concorrer com ascendente.</p> <p>II. Prefere a todos os parentes do falecido na ordem de vocação hereditária, afastando-os do recebimento da herança, exceto aos descendentes e ascendentes, com os quais concorre.</p> <p>III. Se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho.</p> <p>IV. Se concorrer com descendentes só do autor da herança, receberá a metade do que couber a cada um deles.</p> <p>V. Só existindo parentes colaterais de quarto grau do falecido, concorrerá com estes, recebendo um terço da herança, mas se os colaterais forem de grau mais afastado, terá direito à totalidade da herança.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e V.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>

**Direito Processual Civil**

57. No procedimento sumário, o juiz
- (A) não designará audiência de conciliação se for ré a Fazenda Pública e necessariamente converterá o procedimento em ordinário.
 - (B) designará audiência de conciliação a ser realizada no prazo de trinta dias, citando-se o réu com antecedência mínima de dez dias, mas, sendo ré a Fazenda Pública, os prazos computar-se-ão em quádruplo.
 - (C) designará audiência de conciliação a ser realizada no prazo de trinta dias, citando-se o réu com antecedência mínima de quinze dias e sendo ré a Fazenda Pública, este prazo será contado em dobro.
 - (D) designará audiência de conciliação a ser realizada no prazo de trinta dias, citando-se o réu com antecedência mínima de dez dias, mas, sendo ré a Fazenda Pública, os prazos computar-se-ão em dobro.
 - (E) não designará audiência de conciliação se for ré a Fazenda Pública, a qual deverá apresentar resposta na audiência de instrução, que será designada com prazo não inferior a dez dias, nem superior a quarenta dias.

58. Do ato do juiz que indeferir a petição inicial caberá recurso de
- (A) apelação, podendo o magistrado reformar o ato, mas se não o reconsiderar, o recurso será julgado no Tribunal sem revisão se o procedimento for sumário e com revisão, se ordinário ou especial.
 - (B) agravo de instrumento, que será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo.
 - (C) apelação, podendo o magistrado reformar o ato, mas se não o reconsiderar o recurso será julgado no Tribunal sem revisão.
 - (D) apelação, não podendo o magistrado reformar seu próprio ato, e será julgado no Tribunal sem revisão.
 - (E) embargos de declaração somente, com efeitos modificativos, ressalvada a possibilidade de o autor ajuizar ação idêntica, desde que corrigidos os vícios que deram causa ao indeferimento da petição inicial.

59. Na execução fiscal, o executado oferecerá embargos no prazo de
- (A) trinta dias, a contar da citação, independentemente de se garantir o juízo.
 - (B) trinta dias contado da intimação da penhora.
 - (C) trinta dias, contado da juntada aos autos do mandado cumprido de intimação da penhora.
 - (D) quinze dias, se não estiver seguro o juízo, e no prazo de trinta dias se o juízo estiver seguro.
 - (E) quinze dias, contado do depósito, da juntada de prova da fiança bancária ou da intimação da penhora.

60. Analise as seguintes afirmações sobre a declaração de inconstitucionalidade das leis.
- I. Somente pelo voto de 3/5 (três quintos) de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
 - II. Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declarando expressamente a inconstitucionalidade de lei, afasta em parte sua incidência.
 - III. Podem propor ação direta de inconstitucionalidade de lei federal o Presidente da República, o Governador de Estado ou do Distrito Federal e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - IV. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - V. Todos os partidos políticos e sindicatos podem propor ação direta de inconstitucionalidade de leis federais, municipais ou estaduais.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

61. O mandado de segurança
- (A) não cabe de nenhuma decisão judicial, mesmo que terceiro seja prejudicado, podendo este apenas interpor o recurso cabível, antes de transitar em julgado a sentença, ou propor ação rescisória.
 - (B) não é cabível contra ato de representantes ou órgãos de partidos políticos.
 - (C) é cabível de decisão judicial transitada em julgado proferida a favor da Fazenda Pública, como sucedâneo da ação rescisória.
 - (D) é cabível contra atos de dirigentes de entidades de proteção ao crédito, para liberação ou esclarecimento de dados, que constarem de seus assentamentos, negativos a respeito de consumidor.
 - (E) não é cabível contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de concessionárias de serviço público.

62. Na ação de usucapião de terras particulares
- (A) o imóvel usucapiendo não pode entrar na classe de bens públicos, salvo se se tratar de terras devolutas pretendidas por agricultor que as cultivar.
 - (B) a Fazenda Pública sempre será citada por mandado, para manifestar interesse na causa.
 - (C) será intimado o representante da Fazenda estadual, por via postal, para que manifeste interesse na causa.
 - (D) a Fazenda estadual só será intimada se for confinante do imóvel usucapiendo ou se em seu nome estiver registrado o domínio.
 - (E) a Fazenda estadual não pode atuar como autora, porque lhe é vedado adquirir bens por este modo de aquisição originária da propriedade.



63. Os Procuradores do Estado

- (A) somente exercem representação judicial do Estado, mas não exercerão as funções de consultoria jurídica, que será exercida necessariamente por outros servidores.
- (B) exercem a representação judicial do Estado, sem necessidade de exhibir procuração, bem como a consultoria jurídica respectiva.
- (C) serão ou não organizados em carreira, dependendo o ingresso no cargo de concurso público de provas e títulos com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- (D) têm assegurada a estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- (E) não precisam ser inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil para exercerem a representação judicial do Estado, bastando que o bacharel tenha sido aprovado em concurso público com a participação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil em alguma das fases do concurso.

64. No processo em que se usa meio eletrônico na comunicação de atos, observar-se-á a seguinte regra:

- (A) os prazos processuais terão início cinco dias após a disponibilização da informação no Diário de Justiça eletrônico.
- (B) considera-se como data da publicação o dia da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico e os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que se seguir.
- (C) as cartas precatórias, rogatórias e de ordem não poderão ser feitas por meio eletrônico.
- (D) a publicação eletrônica substitui qualquer outro meio de publicação oficial e também as intimações ou vista pessoais, que a lei determinar.
- (E) considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico e os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que se seguir ao considerado como data da publicação.

65. No procedimento cautelar de produção antecipada de provas,

- (A) tomado o depoimento ou feito o exame pericial, os autos permanecerão em cartório, sendo lícito aos interessados solicitar as certidões de que precisarem.
- (B) tomado o depoimento ou feito o exame pericial, os autos serão entregues à parte requerente para deles fazer uso em ação de conhecimento.
- (C) o Juiz proferirá sentença julgando o fato provado ou não, e a sentença terá força de coisa julgada formal e material.
- (D) o Juiz não poderá realizar interrogatório de nenhuma das partes, porque este ato é privativo de Juiz que julgar a ação principal.
- (E) só se admite como prova plena o depoimento de testemunha idosa ou doente, havendo justo receio de que ao tempo da prova já não exista, ou esteja impossibilitada de depor, sendo que todas as outras provas terão de ser produzidas na ação principal.

66. Nas ações possessórias

- (A) não poderá ser autora pessoa jurídica pública que sempre terá de valer-se de ação reivindicatória.
- (B) o Juiz sempre mandará expedir mandado liminar de reintegração ou manutenção de posse, se o autor ajuizar a ação dentro de ano e dia desde o esbulho ou turbação.
- (C) o ajuizamento equivocado de ação de reintegração de posse em lugar de manutenção de posse implicará o indeferimento da petição inicial, salvo se, intimado, o autor a emendar no prazo de dez dias.
- (D) contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
- (E) não se admite a cumulação de qualquer outro pedido de natureza pecuniária, salvo se o autor optar pelo procedimento ordinário.

67. No julgamento da apelação

- (A) o Tribunal fica limitado à apreciação da matéria que tiver sido apreciada na sentença, ainda que outras questões tenham sido suscitadas e discutidas no processo.
- (B) interposta de sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito, poderá o Tribunal julgar a lide se a matéria for exclusivamente de direito e se estiver em condições de julgamento imediato.
- (C) o Tribunal não poderá determinar o cumprimento de qualquer diligência, e retomar a apreciação do pedido recursal, para não haver supressão de instância.
- (D) nenhuma questão de fato não proposta no juízo inferior poderá ser suscitada, ainda que a parte tenha deixado de fazê-lo por motivo de força maior.
- (E) o Tribunal não poderá apreciar a ocorrência de deserção, se o apelado não a suscitar na resposta ao recurso.

68. No cumprimento de sentença

- (A) o devedor condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação terá ao débito acrescida multa de quinze por cento, se não cumprir a obrigação no prazo de dez dias.
- (B) o devedor deverá indicar bens à penhora e, não o fazendo, devolve-se a faculdade ao credor.
- (C) pode o exequente indicar desde logo os bens a serem penhorados.
- (D) o devedor será citado pessoalmente para pagar a dívida ou oferecer bens a penhora, quando a execução tiver por objeto quantia certa.
- (E) são incabíveis novos honorários advocatícios, mesmo que a impugnação do devedor seja rejeitada, em virtude de ser o processo sincrético.



69. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública,

- (A) o prazo para opor embargos é de trinta dias contados da citação.
- (B) se o credor for preterido no seu direito de preferência, o presidente do tribunal, que expediu a ordem, depois de ouvido o chefe do Ministério Público, deverá solicitar a intervenção federal se for o Estado o devedor.
- (C) o Juiz de primeiro grau requisitará o pagamento diretamente à autoridade do Poder Executivo responsável pelo pagamento.
- (D) se o credor for preterido no seu direito de preferência admitir-se-á a penhora dos bens públicos, depois de ouvido o chefe do Ministério Público.
- (E) se o credor for preterido no seu direito de preferência, o presidente do tribunal, que expediu a ordem, poderá, depois de ouvido o chefe do Ministério Público, ordenar o sequestro da quantia necessária para satisfazer o débito.

70. Considera-se petição a ação

- (A) reivindicatória, que fica inviabilizada se anterior ação de reintegração ou manutenção de posse ajuizada pelo mesmo autor houver sido julgada improcedente.
- (B) de imissão na posse, porque não incluída entre as ações possessórias, mas não a ação reivindicatória, porque visa recuperar a coisa.
- (C) reivindicatória que não é vedada em virtude de anterior julgamento de improcedência de ação de reintegração de posse ajuizada pelo mesmo autor.
- (D) de interdito proibitório, porque nela há cominação de pena pecuniária.
- (E) de manutenção de posse, porque nela não é expedido mandado de devolução do bem.

71. Condenada a Fazenda Pública a pensionar vítima de um acidente, porque reconhecida a responsabilidade civil,

- (A) será o credor ressarcido necessariamente por apólice de seguro que a ré terá de contratar.
- (B) deverá constituir capital em títulos da dívida pública para garantir o pagamento.
- (C) poderá, alternativamente, constituir capital com títulos da dívida pública para garantir o pagamento ou requerer a conversão em execução por quantia certa, depositando o total do capital necessário, até a sobrevida provável da vítima.
- (D) os pagamentos mensais serão feitos com observância da ordem dos precatórios.
- (E) será o credor incluído em folha de pagamento.

Direito Previdenciário

72. Os segurados servidores públicos do Regime Próprio de Previdência do Estado do Amazonas têm direito aos seguintes benefícios:

- (A) aposentadoria por invalidez e auxílio-reclusão.
- (B) aposentadoria compulsória e auxílio-doença.
- (C) salário maternidade e auxílio-reclusão.
- (D) auxílio-doença e auxílio-reclusão.
- (E) aposentadoria voluntária e auxílio-reclusão.

73. A aposentadoria voluntária dos segurados do Regime Próprio de Previdência do Amazonas é devida a partir

- (A) da publicação do ato de concessão no Diário Oficial do Estado.
- (B) da data de requerimento do servidor.
- (C) do mês subsequente ao requerimento do servidor.
- (D) do mês subsequente à publicação do ato no Diário Oficial do Estado.
- (E) da data da assinatura do ato pela autoridade competente.

74. No sistema de seguridade social, o princípio da solidariedade justifica

- (A) o pagamento pelo Regime Próprio de Previdência do Amazonas de benefícios aos filhos inválidos do segurado falecido.
- (B) o pagamento de aposentadoria por invalidez ao segurado do Regime Próprio de Previdência do Amazonas.
- (C) a contribuição dos inativos ao Regime Próprio de Previdência do Amazonas.
- (D) o pagamento de auxílio-reclusão aos segurados do Regime Próprio de Previdência do Amazonas.
- (E) a possibilidade de concessão aos professores do Ensino Médio e Fundamental de aposentadoria com redução de tempo de contribuição e de idade.

75. A contribuição dos beneficiários do Regime Próprio de Previdência do Amazonas

- (A) é de 13% sobre o total bruto da remuneração ou do provento.
- (B) é de 14% sobre o total bruto da remuneração ou do provento.
- (C) corresponde ao dobro da contribuição paga pelo Estado ao Regime Próprio de Previdência do Amazonas.
- (D) é de 11% sobre a remuneração, subsídios, proventos, ou benefícios pagos diretamente pelo Estado ou pelo Regime Próprio de Previdência do Amazonas.
- (E) incide sobre o valor do abono de permanência.



Direito do Trabalho	
<p>Atenção: Para responder às questões de números 76 a 79 utilize a chave abaixo.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e III. (B) I e IV. (C) II e III. (D) I, II e IV. (E) II, III e IV.</p> <p>76. Em relação ao trabalho do empregado aprendiz:</p> <p>I. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes correspondente à, no mínimo, 5% dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento.</p> <p>II. O contrato de aprendizagem é contrato de trabalho especial, por prazo determinado de dois anos, improrrogáveis para os aprendizes portadores de deficiência.</p> <p>III. A anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social constitui o único pressuposto para a validade do contrato de aprendizagem.</p> <p>IV. Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.</p>	<p>79. Em relação à proteção à maternidade, a Consolidação das Leis do Trabalho dispõe:</p> <p>I. Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.</p> <p>II. Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico.</p> <p>III. Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito a um período de repouso proporcional em relação àquele do parto normal.</p> <p>IV. Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.</p>
<p>77. No que diz respeito à terceirização na seara do Direito do Trabalho, constituem elementos condizentes com a terceirização lícita:</p> <p>I. A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.</p> <p>II. Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação dos serviços de vigilância e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.</p> <p>III. As terceirizações tidas como fraudulentas ensejam o reconhecimento do vínculo trabalhista, com anotação da CTPS, com a Administração Pública.</p> <p>IV. O repasse da atividade-meio do tomador ao prestador de serviços.</p>	<p>80. A primeira Convenção da OIT – Organização Internacional do Trabalho, que recebeu o nº 1, e que foi devidamente ratificada pelo Brasil, teve por objeto</p> <p>(A) a limitação da jornada de trabalho. (B) o trabalho noturno das mulheres. (C) a proteção à maternidade. (D) o desemprego. (E) a duração do trabalho na indústria.</p>
<p>78. Em relação aos direitos coletivos dos trabalhadores, pode-se asseverar:</p> <p>I. Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.</p> <p>II. É facultada a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.</p> <p>III. O aposentado filiado tem o direito de votar e ser votado nas organizações sindicais.</p> <p>IV. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção, de representação sindical e do conselho fiscal e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.</p>	<p>81. O horário noturno do empregado urbano é das</p> <p>(A) 20:00 às 4:00 horas. (B) 20:00 às 5:00 horas. (C) 20:00 às 6:00 horas. (D) 21:00 às 5:00 horas. (E) 22:00 às 5:00 horas.</p>
	<p>82. Em relação à greve na iniciativa privada, é correto afirmar:</p> <p>(A) Considera-se legítimo exercício do direito de greve a interrupção coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, da prestação pessoal de serviços a empregador.</p> <p>(B) Entre os direitos assegurados aos grevistas encontram-se o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve.</p> <p>(C) As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas poderão impedir o acesso ao trabalho, mas de nenhum modo poderão causar ameaça ou dano à propriedade ou à pessoa.</p> <p>(D) Na greve em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas de paralisação.</p> <p>(E) São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos, de acordo com a Lei de Greve, a remuneração pelos dias parados, decorrentes da greve considerada lícita.</p>



83. No que se relaciona à segurança e medicina do trabalho é correto afirmar:

- (A) Cabe às empresas e ao Ministério Público do Trabalho instruir os empregados, por meio de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.
- (B) A doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério da Previdência Social, não é considerada acidente de trabalho.
- (C) Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.
- (D) Não cabe às empresas filantrópicas e sem fins lucrativos adotar as medidas determinadas pelo órgão regional competente, na medida em que se tratam de empregadores diferenciados.
- (E) Cabe às empresas facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente e impor as penalidades cabíveis por descumprimento das normas constantes do Regulamento da Empresa.

84. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

- (A) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (B) o seguro-desemprego, em todas as hipóteses de extinção do contrato de trabalho.
- (C) o décimo terceiro salário com base na remuneração proporcional ou no valor da aposentadoria.
- (D) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e cinquenta dias.
- (E) o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos e feriados.

85. São direitos assegurados aos trabalhadores pela Constituição Federal de 1988, EXCETO:

- (A) reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- (B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- (C) proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e, em qualquer hipótese, de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos.
- (D) garantia do direito de ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (E) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

Direito Processual do Trabalho

86. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar

- (A) ações penais decorrentes das relações de trabalho, a partir do advento da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.
- (B) os mandados de segurança, individuais ou coletivos, *habeas corpus*, *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria relacionada às relações de trabalho, inclusive de servidores públicos estatutários.
- (C) ações de indenização por dano moral ou patrimonial, ainda que não decorrentes diretamente das relações de trabalho.
- (D) ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- (E) ações postulando cobrança de honorários advocatícios.

Atenção: Para responder às questões de números 87 a 89 utilize a chave abaixo.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

87. A respeito do processo trabalhista:

- I. Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.
- II. A Lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- III. É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, desde que antes de encerrado o juízo conciliatório.
- IV. Os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios de persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

88. Quanto ao procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho:

- I. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- II. A apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Vara do Trabalho.
- III. Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.
- IV. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta e indireta.



<p>89. Em relação à execução trabalhista:</p> <p>I. As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo, os acordos, quando não cumpridos, os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério do Trabalho e Emprego e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida na Lei.</p> <p>II. Serão executadas <i>ex-officio</i> as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juizes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.</p> <p>III. É competente para a execução de título executivo extrajudicial o Juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.</p> <p>IV. A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou <i>ex-officio</i>, pelo próprio Juiz ou Presidente do Tribunal competente.</p>	<p>92. Podem ser objeto de pedido de restituição, nos termos da legislação falimentar,</p> <p>(A) os valores adiantados em razão de adiantamento de contrato de câmbio; o bem empenhado pelo falido; e o bem em posse do falido que seja objeto de arrendamento mercantil.</p> <p>(B) o bem alienado fiduciariamente que esteja em posse do falido; a safra empenhada pelo falido, ainda não colhida; e o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido.</p> <p>(C) a safra empenhada pelo falido, ainda não colhida; o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido; e os valores adiantados em razão de adiantamento de contrato de câmbio.</p> <p>(D) o bem alienado fiduciariamente que esteja em posse do falido; o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido; e os valores adiantados em razão de adiantamento de contrato de câmbio.</p> <p>(E) o bem alienado fiduciariamente que esteja em posse do falido; o bem empenhado pelo falido; e o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido.</p>
<p>90. Assinale a alternativa correta em relação à ação civil pública, objeto da Lei nº 7.347/85.</p> <p>(A) É cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvem contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional, cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.</p> <p>(B) A ação civil pública poderá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo Juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.</p> <p>(C) Constitui crime, punido com pena de detenção de um a quatro anos, mais multa de cinco Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.</p> <p>(D) Poderá o Juiz conceder mandado liminar, mediante justificação prévia, em decisão não sujeita a recurso.</p> <p>(E) A ação civil poderá ter por objeto somente o cumprimento de obrigações de fazer ou não fazer.</p>	<p>93. A respeito do regime jurídico das Nota Promissórias e Letras de Câmbio, é correto afirmar:</p> <p>(A) O emitente de uma letra de câmbio tem a mesma responsabilidade pelo pagamento do título que o emitente de uma nota promissória.</p> <p>(B) A cláusula “à ordem”, expressa no título, define a responsabilidade solidária de todos os garantidores do direito de crédito nele mencionado.</p> <p>(C) Para a validade do endosso é indispensável a prévia anuência do devedor original, a ser dada no próprio título ou em documento em separado.</p> <p>(D) O aval dado em uma nota promissória tem os mesmos efeitos da fiança prestada sem benefício de exoneração.</p> <p>(E) A cobrança judicial do crédito mencionado em nota promissória contra o devedor principal independe do prévio protesto do título.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Empresarial</p> <p>91. Com relação aos procedimentos de reorganização societária, é correto afirmar que</p> <p>(A) em uma operação de cisão parcial, é possível prever que não haverá responsabilidade solidária entre a companhia cindida e a pessoa jurídica que receber parcela do seu patrimônio.</p> <p>(B) a cisão total é a operação pela qual uma sociedade empresária transfere para outra sociedade já existente a totalidade do seus ativos, permanecendo apenas com o seu passivo.</p> <p>(C) o credor da pessoa jurídica incorporada pode exercer o seu direito de crédito diretamente contra a incorporadora; entretanto, caso se sinta prejudicado pela operação, o credor poderá, a qualquer tempo, pleitear a anulação da operação.</p> <p>(D) na operação de fusão de sociedades, as sociedades pré-existentes só podem transferir para a nova sociedade resultante da fusão os seus passivos de natureza comercial.</p> <p>(E) em qualquer hipótese de cisão, as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio de sociedade cindida responderão por todas as obrigações pré-existentes, observado como limite o valor total dos ativos que lhes foram transferidos.</p>	<p>94. Com relação aos processos de intervenção e liquidação de instituições financeiras, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A intervenção pode ser decretada <i>ex officio</i> pelo Banco Central do Brasil ou por solicitação dos administradores da instituição, quando verificadas as hipóteses de cabimento.</p> <p>(B) O Banco Central poderá cessar a intervenção se os interessados, apresentando as necessárias condições de garantia, tomarem a si o prosseguimento das atividades econômicas da empresa.</p> <p>(C) Independentemente de prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil, poderá o liquidante, em benefício da massa, ultimar os negócios pendentes e, a qualquer tempo, onerar ou alienar seus bens, neste último caso através de licitações.</p> <p>(D) Após a decretação da liquidação extrajudicial, ficam suspensas as ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, não podendo ser intentadas quaisquer outras, enquanto durar a liquidação.</p> <p>(E) A inexigibilidade dos depósitos já existentes à data de sua decretação constitui um dos efeitos da decretação do regime de intervenção.</p>

**Legislação do Estado do Amazonas**

95. Segundo a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, ao Procurador do Estado

- (A) é permitido representar o Estado judicialmente, ainda que tenha atuado como advogado da parte adversária em outra demanda.
- (B) é vedado o exercício de advocacia ou de qualquer outra atividade particular remunerada durante o período em que se encontrar no gozo de licença para tratamento da própria saúde.
- (C) pode ser aplicada, oralmente, a pena de advertência.
- (D) pode ser aplicada a pena de demissão somente por ato do Procurador Geral do Estado.
- (E) pode ser aplicada a pena de suspensão, a qual não poderá acarretar a perda dos direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo.

96. Citado para responder a inquérito administrativo, nos termos da Lei Estadual nº 1.762 de 14 de novembro de 1986, o servidor indiciado, que não era bacharel em direito, manifestou expressamente o desinteresse de constituir advogado. O processo tramitou normalmente, sendo que o indiciado promoveu sua própria defesa. Ao final foi-lhe aplicada a pena de suspensão. Nesse caso, pode-se afirmar que a Comissão que conduziu o inquérito

- (A) deveria ter constituído um defensor dativo, preferencialmente bacharel em direito, ou funcionário da mesma classe e categoria do indiciado.
- (B) agiu de forma correta, pois apenas para a aplicação da pena de demissão é imprescindível a constituição de defensor.
- (C) agiu de forma correta, pois segundo a Súmula Vinculante nº 5 do Supremo Tribunal Federal, a falta de defesa técnica não vicia o processo disciplinar.
- (D) deveria ter constituído um defensor dativo, necessariamente advogado inscrito nos quadros da OAB local.
- (E) deveria ter aplicado ao indiciado a pena de revelia, deixando de intimá-lo dos atos do processo e desconsiderando os atos de defesa por ele praticados.

97. Empresa K3, indústria estabelecida no Estado do Amazonas, promove a importação de matérias-primas de produtos abrangidos pelo diferimento, que perdura até

- (A) o momento do desembaraço aduaneiro.
- (B) o momento da exportação, quando o ICMS da entrada do produto deverá ser recolhido.
- (C) a saída da mercadoria destinada a outra unidade da Federação.
- (D) a chegada ao consumidor final, em toda a cadeia de comercialização.
- (E) o momento da obtenção da licença de importação.

98. As licenças ambientais a serem concedidas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM

- (A) dividem-se nas categorias prévia, de instalação e de operação, no que se diferenciam das espécies de licenças previstas na legislação federal.
- (B) têm sua expedição condicionada ao pagamento da Taxa de Licenciamento Ambiental, que tem como fato gerador o serviço público de preservação do meio ambiente.
- (C) poderão ser concedidas com prazo de vigência indeterminado, se o empreendimento a ser licenciado assim o exigir.
- (D) serão deferidas ou indeferidas com base em relatório técnico fundamentado.
- (E) não poderão ser outorgadas sem estudo prévio de impacto ambiental.

99. No âmbito do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, Rios Cênicos são

- (A) espécies de unidades de conservação de uso sustentável, caracterizadas por faixas lineares ao longo de rios com notável valor panorâmico, cultural ou recreativo.
- (B) paisagens naturais raras, singulares e de notável beleza cênica, localizadas em áreas cortadas por cursos d'água.
- (C) rios em que a captação de água, o esgotamento sanitário e a navegação são limitados ou proibidos, de acordo com a sazonalidade e o regime de vazão.
- (D) cursos d'água que cruzam unidades de conservação de preservação integral, para os quais há restrições maiores de uso e navegação.
- (E) formações naturais de vegetação arbórea de grande porte, que se destacam na paisagem sobre florestas confrontantes.

100. Para o cálculo do valor da pensão oriunda de falecimento de servidor em atividade dá-se a inclusão

- (A) da parcela remuneratória paga em decorrência de local de trabalho.
- (B) da parcela remuneratória paga em decorrência de função de confiança.
- (C) de 100% da remuneração do cargo ocupado pelo servidor.
- (D) da parcela remuneratória paga em decorrência de abono de permanência.
- (E) de 70% da parcela de remuneração que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.